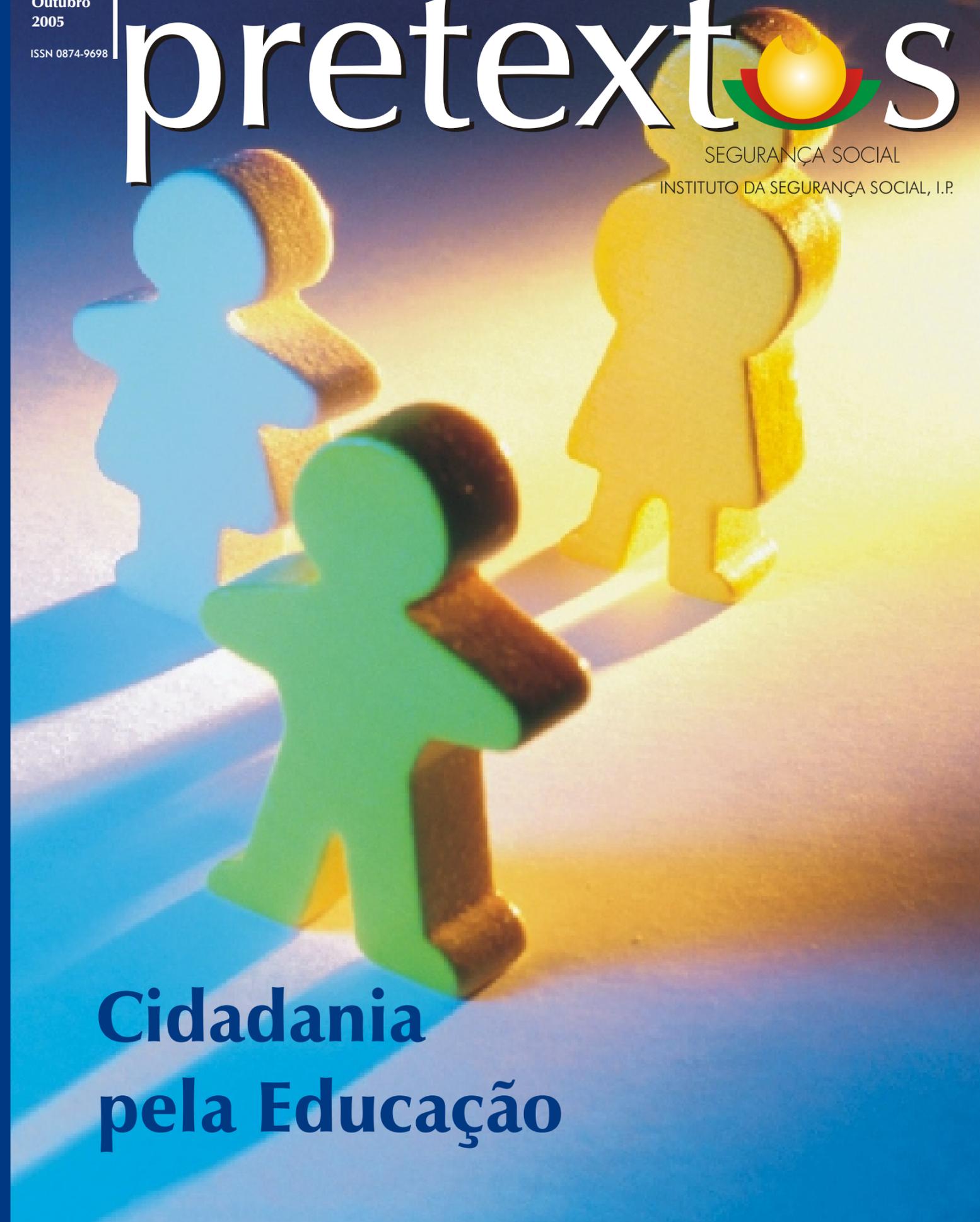


Número 19
Outubro
2005
ISSN 0874-9698

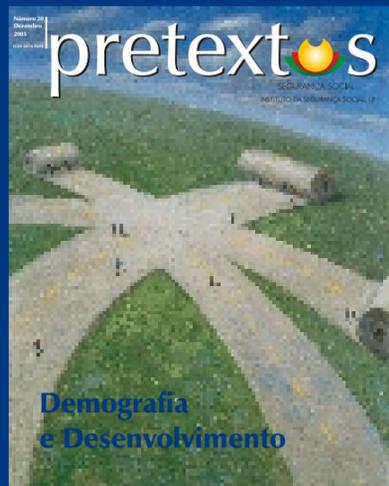
pretextos

SEGURANÇA SOCIAL
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.



Cidadania pela Educação

PRÓXIMO
NÚMERO



A **Revista Pretextos** tem vindo a ver reforçado o seu papel e utilidade pelo crescente nº leitores que aqui encontram um espaço de informação actual sobre o que se vai fazendo em matéria de acção e desenvolvimento social, quer pelo sector público, quer pela própria sociedade civil, através das organizações e entidades empenhadas na "causa social".

Desta vez a **Revista Pretextos** decidiu abordar a temática seleccionada pelo Conselho Europeu para este ano de 2005, ao declará-lo como "Ano Europeu da Cidadania pela Educação", sob o lema "aprender e viver democracia".

Desde logo, um tema tão aliciante e, simultaneamente, tão transversal a todas as áreas de intervenção nos incitou ao convite a várias personalidades e entidades, tendo sido obrigados, apenas por questões de espaço, a limitar esta abordagem às áreas mais significativas quando pensamos em Cidadania pela Educação.

A formação profissional e a cidadania na perspectiva da igualdade de oportunidades e de luta contra o desemprego e a exclusão social; a educação e cidadania na perspectiva da consagração dos direitos e conjugação de diversas culturas e comportamentos; a formação ao longo da vida numa perspectiva intergeracional; a educação para a cidadania através da prática do voluntariado, são apenas alguns dos temas que irá encontrar nestas páginas.

Mas se estes temas são abordados a partir de uma matriz teórica dos seus autores, a **Revista Pretextos** procurou recolher também as perspectivas a partir das práticas territoriais. Assim, os Workshops realizados no âmbito do PNAI (2003-2005) reflectem a perspectiva dos actores locais sobre as questões da educação, formação e cidadania a partir de uma metodologia participativa onde se identificam os problemas, as suas causas mas também algumas propostas para a sua solução. Também o projecto TEIA ilustra a necessidade do investimento no desenvolvimento das competências para empregabilidade, como contributo fundamental para a inserção social.

É este assim o contributo da **Revista Pretextos** para a reflexão sobre uma sociedade que se quer construir e manter com cidadãos participativos, conscientes dos seus direitos e deveres, partilhando os princípios orientadores do Ano Europeu da Cidadania pela Educação como um ponto de partida de um processo a desenvolver e continuar nos próximos anos.

Edmundo Martinho

Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social, I.P.



SEGURANÇA SOCIAL
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

MINISTÉRIO DO TRABALHO
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Edição

Instituto da Segurança Social, I.P.

Rua Castilho nº 5
1250-066 Lisboa
Tel.: 21 318 49 00 - Fax: 21 318 49 55
e.mail: isss-castilho@seg-social.pt

Distribuição
Gratuita

Tiragem
20.000 Exemplares

Projecto Criativo
VLRf-Design

CTP, Impressão e Acabamento

ISSN 0874-9698

Depósito Legal
nº. 154 679/2000

As opiniões expressas nos artigos não reflectem necessariamente as do editor.

Desenvolvendo ...

- . A formação profissional e a cidadania..... 4
- . Cidadania e cidade educativa 6
- . A formação dos mais velhos..... 8
- . 2005 - Ano Europeu da Cidadania pela Educação..... 10

Reportagem Tema de Fundo

- . Educação, formação e cidadania: diagnóstico participado ("reflexões no âmbito dos Workshops do PNAI")..... 12

Desenvolvendo ...

- . Voluntariado e cidadania pela educação 20
- . TEIA: Itinerários contra a pobreza..... 22

Notícias

- . Caracterização e avaliação da satisfação dos cidadãos clientes do Instituto da Segurança Social, I.P. 24

Entrou em Vigor

- . Legislação Publicada nos meses de Fevereiro a Maio de 2005 26

Tome Nota

- . Bibliografias Temáticas..... 27
- . Sites..... 28
- . Novidades Editoriais..... 29

- ISS, I.P. gostava de lhe dizer que... 30

A Formação Profissional e a Cidadania

Mário Caldeira Dias
Observatório do Emprego e Formação Profissional



O sistema formal de ensino e o sistema formal de formação tiveram evoluções desfasadas no tempo, mas convergentes.

A educação, apesar de mais preocupada com os aspectos globais da complexidade humana teve sempre implicações profissionais através do efeito indirecto da elevação do nível geral de conhecimentos, da natureza subjacente á criação das universidades e mesmo pela assumpção de cursos claramente profissionalizantes, quer no passado quer no presente, como se verifica nas escolas comerciais e industriais ou nos cursos tecnológicos, nos cursos formação/emprego ou nas escolas profissionais inseridas no âmbito do sistema educativo.

No âmbito da formação profissional a sua vocação, voltada para o mercado de trabalho, não fez esquecer que o desempenho na actividade económica faz apelo a dimensões do ser humano que não se reduzem aos meros conhecimentos profissionais e foi incluindo nos cursos respectivos aspectos de valorização pessoal e social.

No entanto, a responsabilização dos poderes públicos pelo investimento nos recursos humanos é bastante mais recente e assenta em pressupostos muito divulgados e mais relevantes ainda na sociedade do conhecimento e em actividades terciária centradas nas relações interpessoais e na qualidade profissional e humana dos intervenientes.

Os pressupostos radicam no facto de as pessoas que trabalham serem, ao mesmo tempo, o factor essencial do desenvolvimento de todos os outros recursos económicos e dos seus aspectos qualitativos, nomeadamente os técnicos, tecnológicos e organizacionais.

Propiciam também as evoluções desejáveis de adaptação à solução de novos problemas, com realce para o da competitividade.

Por essa razão, o que poderia ser apenas considerado um activo empresarial decisivo passou a constituir-se como um activo social da máxima relevância impondo orientações relativas ao financiamento da formação e à sua consagração como atitude

permanente face à multiplicidade, complexidade e rápida evolução dos desafios de adaptação em causa, salientando os decorrentes da concorrência internacional e das novas tecnologias da informação e comunicação em cuja simbiose reside o âmago da sociedade do conhecimento. A partir da década de 50, aos consagrados direitos políticos e jurídicos vieram acrescentar-se os chamados direitos sociais de cidadania nas economias mistas do "Welfare State" que apesar da sua legitimidade não estão ao mesmo nível da natureza absoluta dos primeiros, na medida em que a sua satisfação depende dos recursos disponíveis para o efeito. É nesta dicotomia entre a consagração crescente de direitos e a exiguidade dos recursos que se situa o traço mais marcante da crise do Estado Providência.

O direito à formação inicial e contínua ou o direito ao capital humano, neste contexto, prefigura-se, com toda a naturalidade, como um vector importante da igualdade de oportunidades e da luta contra o desemprego e a exclusão. Numa perspectiva mais positiva pode significar a melhor via para a manutenção do emprego, mesmo sem a manutenção do posto de

trabalho, ou para a progressão na carreira no quadro de um conceito de "flexigurança" que alia a capacidade de adaptação à salvaguarda de uma inclusão adequada na actividade económica ou social.

O direito à formação inicial e contínua ou o direito ao capital humano, neste contexto, prefigura-se, com toda a naturalidade, como um vector importante da igualdade de oportunidades e da luta contra o desemprego e a exclusão.

No entanto a formação, na medida em que usa recursos escassos deve também ser sujeita à análise custo benefício e tendo em conta que os subsídios são preços negativos podem induzir a tendência para utilizações menos adequadas. Sobretudo no curto prazo, os apoios à formação devem ser guiados pelo critério essencial da empregabilidade (probabilidade de encontrar um primeiro ou um

novo emprego) o que implica uma grande atenção aos dinamismos da economia e a necessidade de transformar a formação em qualificações relevantes e utilizáveis. Só o encerramento do ciclo da formação no emprego representa a cabal satisfação dos objectivos da igualdade de oportunidades embora de uma forma mais ou menos mediata de acordo com a natureza da formação ou do grupo alvo.

Com efeito a chamada formação estratégica, importante porque profundamente transformadora ou inovadora pode produzir efeitos mais a médio prazo. Mas incluir nesta designação a formação mais orientada para postos de trabalho concretos tem como consequência a diluição do critério da empregabilidade.

Com os grupos sociais será necessário ter em conta se os apoios que se lhe dirigem, de acordo com as suas características, são orientados para a competitividade, para o ajustamento estrutural (que completem as suas capacidades) ou numa perspectiva de complementaridade da formação com a acção social tendo como horizonte mais ou menos próximo um emprego ou uma actividade socialmente útil.

Cidadania e cidade educativa

Manuel Jacinto Sarmento
sarmento@iec.uminho.pt
Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho

Há, praticamente, quase tantos sentidos para a designação de "cidadania", quando aplicada à educação, quantos os anos que são dedicados ao tema no pensamento pedagógico e na reflexão educacional.

Se considerarmos que a tematização da educação cidadã é um dos mais significativos e importantes contributos deixados pelo movimento da Escola Nova, no início do século passado, podemos calcular a enormidade da dimensão desta tarefa de fixar um sentido para o que se pluralizou, exprimiou polissemicamente ao longo dos tempos, envolto e preenchido pela controvérsia e pelo debate. Esta advertência parece tanto mais importante, quanto, por vezes, a análise da realidade educacional aparece ofuscada por um espesso nevoeiro semântico, tantas são as acepções para os mesmos termos, proferidos a partir de pontos de vista e com alcance bem distintos. Cidadania, é um desses termos - a par de outros, como autonomia, por exemplo - cujo uso é, na verdade, a expressão de formas muito distintas, eventualmente concorrentes, de análise e orientação da acção educativa. Vale a pena, por isso, antes de mais, tentar clarificar o conceito e a sua aplicabilidade social e educacional.

A escola pública assumiu, ao longo da história, como missão específica, formar cidadãos, isto é, seres sociais que no futuro pudessem exercer direitos e responsabilidades cívicas e sociais: trabalhar, votar, eventualmente ser eleito, exprimir a sua opinião, realizar vínculos jurídicos de toda a espécie. Assim, a escola foi pensada, instituída e administrada secularmente não como um espaço de cidadania presente, mas como um dispositivo de formação para a cidadania futura. É essa situação algo paradoxal que fez interrogar intelectuais como António Sérgio, no princípio do século XX: se não se pode aprender a

tocar piano sem carregar nas teclas, como se pode aprender a ser cidadão sem praticar a cidadania? Não pode, definitivamente. Deste modo, para Sérgio (1984), a escola só poderia realizar adequadamente a sua "revolução tranquila", de abertura para as luzes da razão, o progresso social e a fraternidade, se ela própria fosse um espaço de exercício de direitos de cidadania, isto é, um local de livre expressão de pensamento e de decisão dos alunos, colectivamente organizada, sobre todos os aspectos da vida escolar. Mais contemporaneamente, a cidadania da escola tem sido convocada por efeito conjugado de dois factores com origens distintas.

O primeiro, o facto do "declínio do programa institucional" - para usar uma expressão do sociólogo francês François Dubet (2001) - de que a escola é um dos mais eloquentes testemunhos, se exprimir em quotidianos escolares caracterizados pela turbulência, sendo a educação para a cidadania convocada, neste âmbito e frequentemente, como processo pedagógico de aquisição de comportamentos ajustáveis. Por outras palavras, a escola não pode cumprir tal-qualmente a missão histórica que a caracterizou no passado.

A escola alargou-se, expandiu-se, tornou-se mais complexa e é chamada a coordenar e dirigir trajectórias de vida caracterizadas pela diferença, códigos culturais distintos e múltiplos, normas de procedimento ancoradas em valores não necessariamente consonantes, estilos e formas de conhecimento radicadas em diferenciadas epistemologias.



A cidadania, nestes sentido, significa a plena assunção das crianças não como destinatários, receptores passivos, consumidores ou sequer beneficiários da acção pedagógica, mas como sujeitos activos, participativos e co-responsáveis pelo processo de educação.

Assim, a educação para a cidadania - ainda que muitas vezes signifique na prática uma nova forma de disciplinação - constrói o seu sentido pela concertação de direitos, ou seja, a incorporação de cidadanias periféricas, a conjugação de diferentes culturas e normas de comportamentos, a promoção de uma pedagogia sustentada em princípios de interculturalidade activa.

O segundo factor, a emergência de uma nova concepção social da infância, a partir, sobretudo, da consagração dos direitos da criança pela respectiva Convenção, em 1989, que apresenta as crianças como cidadãos, sujeitos de direitos. As crianças foram sempre simbolicamente administradas pelo lado do "ainda não": não votar, não ser eleito, não casar, não trabalhar, não comprar nem vender, etc. A concepção subjacente aos direitos da criança propõe uma infância capaz, competente e participativa, considerando, embora, as variáveis do subgrupo etário e da especificidade das esferas de vida das crianças. A cidadania, nestes sentido, significa a

plena assunção das crianças não como destinatários, receptores passivos, consumidores ou sequer beneficiários da acção pedagógica, mas como sujeitos activos, participativos e co-responsáveis pelo processo de educação.

A educação para a cidadania, transmuta-se deste modo em educação na cidadania.

No entanto, a condição primeira (necessária ainda que não suficiente) para a cidadania é que haja cidade, isto é o espaço público da convivência de homens e mulheres, pequenos e grandes, com direitos e deveres iguais.

A escola nunca saberá ser a ilha de uma cidadania ausente. É por isso, também, que ela só se configurará como centro de educação para/na cidadania se for capaz de se tornar um "elo da política social" (Sarmento, 2000), ou, por outras palavras, se entender a sua missão cívica no interior de um "espaço público educativo" (Nóvoa, 2005), que a abraça, a contamina, nela

interfere e por ela é (também) constituído.

Finalmente, num tempo em que os significados se entrecrocaram e digladiam e num momento em que uma pulsão neo-conservadora proclama o "regresso" da escola à dominação, à cultura única e mesmo à selectividade e segregação, convém talvez sinalizar, entre os escolhos da barafunda conceptual, que a escola só será verdadeiramente locus de cidadania se ela própria for uma cidade, onde se comunicam saberes e valores. A cidade educativa de cidadãos peculiares mas plenos: "Crianças são as letras antigas com que se escreve a única palavra insuportavelmente viva" (Herberto Helder).

Referências:

Dubet, François (2002). Le Déclin de L'Institution. Paris. Seuil.
Sarmento, Manuel Jacinto (2000). Lógicas de Acção nas Escolas. Lisboa. Instituto de Inovação Educacional
Sérgio, António (1984). Educação Cívica. Lisboa. Ministério da Educação
Nóvoa, António (2005). Evidentemente. Porto. Edições Asa.

A Formação dos mais Velhos

Emília Noronha
Presidente do Conselho Directivo da Universidade de Lisboa para a Terceira Idade
Presidente da Federação das Universidades, Academias e Associações de Terceira Idade



A formação ao longo de uma vida é defendida em inúmeras obras, Pierre Arents designou a expressão "por educação permanente". Generalizou-se em todos os programas educativos pois repensa a educação num período mais alargado e relaciona-a com importantes mutações da cultura do homem contemporâneo.

O alargamento de espaços, as novas tecnologias, a emigração, as mono famílias, as diferentes culturas, as reformas antecipadas, criam-nos perplexidades.

Constatamos que os conhecimentos aprendidos no passado não são suficientemente estáveis para durarem toda a vida e serem transmitidos às crianças como verdadeiros. Os jovens terminaram os cursos impreparados para o mercado de trabalho. Os profissionais devem continuar a estudar e aprender para fazer face às exigências e obrigações públicas. E que dizer da população experiente que se reforma a partir dos 45 anos de idade? Talvez seja este o tempo de "reinvidicar o direito para o adulto de educação ao longo de toda a vida" (Pierre Arents).

Tocar um instrumento musical, viajar na internet, falar línguas, pintar, dançar com elegância, podem ser estímulos aliciantes numa etapa avançada da vida.

Na linha de uma cultura educacional, que ultrapassa a Educação básica ou a actualização dos instruídos, surgem as Universidades Séniores, Academias, Clubes Universitários, Institutos, Associações para os mais velhos. Estas modalidades são incrementadoras de uma formação "contínua", "acessível", democratizada, uma educação a ser prosseguida tanto sempre como para todos. Dirigida a qualquer idade não exige pré-requisitos para a selecção de conteúdos curriculares, nem recursos económicos elevados. O conceito de Universidade para séniores remete para políticas aliciantes de desenvolvimento, de cultura valorizada, de bem estar que ultrapassou a visão económica. Elas integram saberes, experiências, criam pontes intergeracionais e bipolarizam projectos.

A formação ao longo de toda a vida acompanha conceitos como: a pessoa humana nunca se encontra completamente realizada, por isso a vida é um contínuo renascer. Tocar um instrumento musical, viajar na internet, falar línguas, pintar, dançar com elegância, podem ser estímulos aliciantes numa etapa avançada da vida.

Conheci uma aluna sénior que não tendo dinheiro para comprar um piano, treinava uma partitura em casa num teclado feito em papel vegetal.

A primeira Universidade Sénior surge em Toulouse, em 1973 com Pedro Vellas que sentou nos bancos da universidade um grupo de idosos. Em Portugal, por iniciativa privada chega em 1976 em Centros Paroquiais, Autarquias com os objectivos de preencher a solidão numa dinâmica baseada numa interacção cultural, desportiva e recreativa, com actividades diversificadas em ambiente de bem estar.

Em 1993, as sete universidades já existentes eram três em Lisboa, no Porto, em Braga, em Faro, em Viana do Castelo. Receberam um novo incremento no Ano Europeu do Idoso e da Solidariedade entre Gerações, através de congressos, reuniões de trabalho, seminários, levados a cabo pela Comissão Política para a Terceira Idade, presidida pela Dr.ª Raquel Ribeiro. São dela estas palavras: "é de referir a acção das Universidades para a Terceira Idade no desenvolvimento da capacidade de cada um dos seus associados na transmissão de saberes, de experiências e culturas, que devem construir os alicerces humanos das sociedades actuais, neste planeta em profunda transformação de valores e de mentalidades do séc. XXI onde a esperança e o amor não podem morrer".

Assim, foram difundidas linhas de força por todo o país: direito de preparar a velhice, a auto-estima com mais amigos e actividades aliciantes, a apologia de Intergeneracionalidade. A seu pedido fundámos uma federação, a Federação das Universidades, Academias e Associações de Terceira Idade (FEDUATI) que foi lavrada em escritura pública de 27 de Novembro de 1998 e apresentada publicamente a 22 de Março de 1999, no Forum Lisboa, com a presença da Sr.ª D. Maria José Ritta que afirmou: "psicologicamente, somos jovens cada vez até mais tarde, socialmente envelhecemos cada vez mais cedo".

A partir de 1999, Ano Internacional das Pessoas Idosas dá-se o boom.

Encontramos cerca de cinco no Algarve, nove na Área Metropolitana de Lisboa, cinco no Centro-Sul - acima do Tejo e abaixo do Mondego e Douro, cinco no Porto, nove no Norte, num total de 7900 alunos, predominantemente mulheres.

Constatamos que se o sucesso da formação contínua é evidente, os mais graves problemas são a aquisição de instalações próprias e falta de subsídios.

Assim, a título exemplificativo:

- 1) a U.S.I.L.A., está situada na Junta de Freguesia de Algés;
- 2) a Universidade da Amadora para a Terceira Idade (Univ. A.T.I.) no Centro Paroquial de N.º. Sr.ª. da Boa Nova;
- 3) a Academia dos Olivais numa Escola Primária;
- 4) a Universidade de Chaves nas instalações do Rotary Club;
- 5) o Instituto de Portimão numa Universidade para Jovens;
- 6) a Universidade de Lisboa para a Terceira Idade, na Igreja S. Domingos de Benfica.

A metodologia utilizada evoluiu da antiga fórmula "magister dixit", pela requisição de pequenos trabalhos com criatividade tais como: tertúlias poéticas, concertos, pinturas. Bipolarizaram-se as funções dos utentes simultaneamente professores e alunos; e já hoje muitos idosos se ocupam, fora da Universidade, em serviços de voluntariado na Igreja, nos Hospitais, na família.

As disciplinas estudadas são multifacetadas desde as línguas, humanidades, novas tecnologias, artes, desportos. Como projectos autónomos, a título exemplificativo, citarei a U.S.I.L.A., com cerca de 250 pessoas, com índice cultural elevado que levou a cabo: Jornadas sobre os Media, Os Idosos e a TV, Projectos de Informática e Desenvolvimento das Novas Tecnologias, protocolo com o Instituto de Desenvolvimento Social, visando a formação para a reforma, Work-shops com jovens universitários e do Ensino Secundário (Escola Secundária D. Pedro V e Colégio Mira Rio), bem como a Uni.A.T.I onde funciona a informática no Centro de Recursos da Escola Secundária da Amadora. Esta obra fundou o Centro de Convívio de St.º. Afonso que dinamiza e faz intercâmbio.

Assim, numa sociedade em que muitas vezes as boas pessoas acabam amargamente desapontadas, pois a virtude não encontra recompensa neste mundo, a criação destes espaços com harmonia e bem estar poderão ajudar a esquecer as agruras da vida.

Nos tempos modernos acreditamos que são uma forma dos cidadãos lutarem pelo respeito e pela dignidade humanas.

Termino com uma rima do poeta António Aleixo:

*"E assim lição por lição
o que aprendemos
de outros a outros daremos
que outros a outros darão"*

2005 Ano Europeu da Cidadania pela Educação

Liliana Monteiro
Socióloga, ISS, I.P., Área de Investigação e Conhecimento
Centro de Recursos em Conhecimento

Numa época pautada por uma profunda apatia cívica especialmente entre os jovens, tão perceptível através do absentismo eleitoral, e por expressões de intolerância decorrentes da coexistência de diversidades múltiplas, já para não falar na proliferação de diferentes formas de exclusão, o Conselho da Europa reservou à cidadania pela educação, em 2005, a distinção de Ano Europeu. Fundada em 1949 por iniciativa de W. Churchill e sediada em Estrasburgo, esta organização internacional prossegue assim a sua missão primordial de promover a ideia de sociedades livres, politicamente activas, tolerantes e justas, à escala pan-europeia.

- Introdução

O Conselho da Europa declarou 2005 o Ano Europeu da Cidadania pela Educação (AECE), sob o lema "aprender e viver democracia", tendo a sua conferência de lançamento sucedido em Sófia (Bulgária), nos dias 13 e 14 de Dezembro de 2004.

Com tal iniciativa, o Conselho da Europa pretende destacar a importância crucial que tem a educação, entendida em sentido amplo, no desenvolvimento da cidadania activa e na promoção da cultura democrática.

A educação para a cidadania democrática deve incluir toda e qualquer actividade educativa, formal e informal, incluindo a acção familiar, que permita ao indivíduo agir, ao longo da vida, como um cidadão activo e responsável, respeitador dos direitos dos outros. Ela constitui um importante factor de coesão social, promovendo o diá-

logo inter-cultural e a solidariedade social, contribuindo para o princípio da igualdade entre homens e mulheres. Não deixa, por outro lado, de fomentar as relações harmoniosas e pacíficas nos povos e entre os povos.

É essencial que a educação para a cidadania democrática esteja no centro da reforma e da aplicação das políticas educativas. Ela que funciona, afinal, como factor de inovação em termos de organização e gestão do sistema educativo no seu conjunto, bem como dos programas e métodos pedagógicos.

A educação para a cidadania democrática (ECD) é tão-só uma das linhas de força do AECE, aparecendo associada à educação para os direitos humanos (EDH).

- História do AECE

A ECD e a EDH têm sido prioritárias para o Conselho da Europa, desde 1997.

Há que referir, de imediato, dois planos de acção fundamentais: Declaração e Programa sobre Educação para a Cidadania Democrática, respeitantes aos direitos e às responsabilidades do cidadão, aprovados em Comité de Ministros (Budapeste, 7 de Maio de 1999); Resolução sobre os resultados e as conclusões de projectos realizados entre 1997 e 2000, aprovada na 20ª Sessão da Conferência Permanente de Ministros Europeus da Educação (Cracóvia, 15-17 Outubro de 2000).

A estes textos, seguiu-se a Recomendação (2002) 12 do Comité de Ministros aos

Estados membros sobre educação para a cidadania democrática, que contém orientações respeitantes a políticas e reformas de educação, a objectivos pedagógicos, conteúdos e métodos educativos e à formação de docentes e formadores. Trata-se do principal documento orientador do AECE.

A 21ª Sessão da Conferência Permanente de Ministros Europeus da Educação (Atenas, 10-12 de Novembro de 2003) reiterou que todas as actividades educativas devem ter em conta a diversidade social e cultural dos alunos europeus, fomentando a aprendizagem inter-cultural e a integração social.

- Objectivos do AECE

O AECE apresenta quatro objectivos específicos:

- consciencializar os cidadãos de que a educação, formal e informal, pode contribuir para o desenvolvimento da cidadania e da participação democráticas, favorecendo a coesão social, o entendimento inter-cultural e o respeito pela diversidade e pelos direitos humanos;
- fortalecer o compromisso dos Estados membros para fazerem da ECD e da EDH objectivos prioritários das políticas educativas e implementarem as reformas adequadas dos sistemas educativos;
- proporcionar aos Estados membros a estrutura e os instrumentos necessários que lhes permitam reflectir sobre o papel que tem a educação no desenvolvimento da cidadania, no sentido de resolver problemas sociais concretos e de promover a participação de jovens;



- estimular as iniciativas e a criação de parcerias que permitam partilhar conhecimentos e aceder a exemplos de boas práticas, com o objectivo de promover a ECD e a EDH e de favorecer a criação de estruturas reticulares de trabalho.

- Participantes do AECE

O AECE apresenta como participantes, desde logo, os governos e os poderes públicos a todos os níveis (nacional, regional e local), com capacidade decisória para elaborar estratégias, criar quadros institucionais, proporcionar recursos humanos e financeiros e organizar acções concretas.

Mas o principal grupo de participantes inclui os profissionais de educação, com diferentes funções, incluindo a gestão de estabelecimentos de ensino e de projectos educativos, o ensino propriamente dito e a investigação na área educativa, e os jovens.

Resta referir as organizações não governamentais que trabalham no âmbito da ECD, da EDH e da juventude e a comunicação social que pode cooperar na promoção do AECE, enquanto instrumento educativo. Está prevista a participação da população em geral.

- Assuntos Chave do AECE

Durante o AECE, há que ter em conta quatro assuntos essenciais:

- práticas inovadoras na gestão democrática das instituições educativas, incluindo a participação na tomada de decisões de alunos, pais, professores e autoridades locais;

- garantia de qualidade na educação através da ECD e da EDH;
- novos desenvolvimentos no ensino e na aprendizagem activa da cidadania ao longo da vida;
- melhor difusão de informação sobre a realização de actividades aos níveis europeu e nacionais por meio de um website.

- Estruturas de Apoio e Métodos de Trabalho para o AECE

A planificação, a coordenação e a avaliação das actividades do AECE estão a cargo de um Comité Ad Hoc de Peritos. Embora o Conselho da Europa apoie as actividades organizadas nos seus Estados membros, cada um deles desenvolve o seu próprio programa, de acordo com as suas necessidades específicas, sendo criados para o efeito comités nacionais.

No que respeita aos métodos de trabalho, é necessário:

- partilhar informação e identificar e difundir práticas adequadas e conhecimentos quer nos Estados membros quer entre os Estados membros, através de estruturas reticulares interactivas;
- pôr à disposição dos Estados membros instrumentos práticos inovadores com fins de experimentação e promover a comunicação mútua dos resultados obtidos;
- manter um contacto permanente entre a Secretaria do Conselho da Europa e os responsáveis pela execução do AECE nos Estados membros, designadamente através de um website;
- estimular as oportunidades de constituição de parcerias com instituições europeias e internacionais.

O AECE termina com a realização de uma conferência destinada à avaliação final das actividades desenvolvidas durante a sua vigência.

Sem esquecer o trabalho realizado desde 1997, é desejável que as actividades do AECE representem apenas o ponto de partida de um processo a desenvolver nos próximos anos. Este Ano Europeu, em concreto, apresenta a ideia de futuro como matriz estruturante. Assim se compreende a afectação dos sistemas educativos e o prioritário envolvimento dos jovens. Até as imprescindíveis transformações culturais e mentais, que o Conselho da Europa pretende estimular, e sem as quais não é possível dar plena densidade à cidadania pela educação, só têm lugar a longo prazo.

O fim pretendido corresponde, afinal, à construção de uma Europa inclusiva e coesa, apesar da sua heterogeneidade a vários níveis, com cidadãos participativos, bem conscientes dos seus direitos e deveres no quadro de sociedades democráticas.

Uma vez que o mundo contemporâneo tem no conceito de "aldeia global" de M. McLuhan um dos seus sustentáculos, talvez a experiência europeia de trabalho em matéria de cidadania pela educação possa servir de exemplo a outros continentes.

Para aceder a documentação sobre o AECE, visite o website do Conselho da Europa: <http://www.coe.int/edc>

Educação, Formação e Cidadania

Alda Teixeira Gonçalves
ISS, IP, Equipa Técnica do PNAI¹



Nota Introdutória

O objectivo deste artigo é o de colocar no centro da atenção um breve diagnóstico qualitativo participado, sobre a problemática da Educação e Formação em Portugal, a partir dos resultados preliminares obtidos em 7 workshops, realizados no âmbito do Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003-2005.

Os resultados obtidos expressam a percepção dos técnicos locais que participaram nos referidos workshops de trabalho e foram posteriormente sujeitos a uma análise de conteúdo categorial.

Assim, o presente artigo parte do processo participativo desencadeado no âmbito do PNAI em articulação com o Programa Rede Social, com o propósito de questionar os efeitos das medidas de política, nomeadamente na área da educação e formação, para em seguida apresentar os resultados de diagnóstico aos quais foi possível chegar e que, no essencial, reforçam a realidade expressa por alguns dos indicadores quantitativos, também apresentados no texto.

Um ponto de partida: os Workshops realizados no âmbito do PNAI 2003-2005

Com o objectivo de criar, progressivamente, vias para a efectivação da participação de diversos actores no processo de concepção, implementação e monitorização do Plano Nacional de Acção para a Inclusão no âmbito da concretização do 4º Objectivo Comum Europeu - "Mobilizar o conjunto dos intervenientes", suprimindo assim algumas das lacunas identificadas no âmbito do processo, a coordenação do PNAI 2003-2005, assumiu o compromisso de desenvolver, durante a vigência do mesmo, um **Projecto de Participação**.

Este Projecto teve como finalidade sedimentar formas de produção de políticas sociais integradas ao nível central e local aproximando as necessidades e os recursos e tornando possível a participação e o envolvimento de todos os actores do sector governamental e não governamental nas diferentes fases do Plano. Pretendia-se, assim, passar de um Plano de natureza governamental, concebido centralmente, para um Plano que, mantendo embora a responsabilidade governamental no que se refere à concepção de políticas nacionais, contasse com outras perspectivas e contributos, provenientes de entidades públicas e de entidades representativas da sociedade civil.

Assim, ao nível local, foi realizado um conjunto de **Workshops**, em duas fases distintas. Numa **primeira fase**, em parceria com a REAPN, foram efectuadas 9 **Ações de Divulgação**² do PNAI 2003-2005 (realizadas entre Março e Abril de 2004), que abrangeram todo o território nacional dirigidas, sobretudo, a organizações não governamentais de âmbito local, distrital e regional.

Os objectivos destas acções foram os seguintes:

- i)* apresentar o PNAI 2003-2005 no seu contexto europeu e nacional;
- ii)* promover um conhecimento público sobre o Plano no âmbito do combate à pobreza e exclusão social;
- iii)* assegurar o envolvimento e participação da sociedade civil na implementação,

acompanhamento e avaliação do Plano;

iv) criar mecanismos de observação e de participação efectiva da sociedade civil na monitorização do Plano.

Numa **segunda fase**, procedeu-se à realização de 7 Workshops Locais (que decorreram entre Junho e Novembro de 2004) e cuja principal finalidade foi aprofundar o conhecimento do PNAI por parte dos actores locais, questionando as medidas de política nele inscritas e recolher contributos para a produção de medidas e políticas sociais integradas, eventualmente a incluir num próximo Plano.

Considerando a importância da adequação de instrumentos de planeamento de nível nacional (PNAI) com os de nível local, a selecção dos sete³ locais para rea-

a abordar, nomeadamente no âmbito da educação, saúde, emprego e formação, cultura, ambiente e outras.

Tratou-se de uma iniciativa experimental com carácter pioneiro, na medida em que pela primeira vez, em Portugal, e no âmbito da inclusão social, se procurou o envolvimento e o trabalho articulado entre o nível local, mais conhecedor das problemáticas e do seu grau de incidência, e o nível central, decisor quanto às medidas de política a adoptar relativamente às mesmas.

Nesta sequência, realizou-se a 22 de Abril de 2005 um **Encontro Nacional** que contou com a presença, entre outros, dos participantes e interventores nos Workshops Locais e de representantes da Comissão Interministerial de Acompanhamento e



Workshop em Alvor

lização destes Workshops Locais foi efectuada em articulação com o Programa Rede Social, rentabilizando e potenciando estrategicamente as Redes Sociais Locais com trabalho de parceria e planeamento da intervenção social já mais consolidado (em termos de Diagnósticos Sociais e de Planos de Desenvolvimento Social).

Foram, assim dirigidos convites a diversas instituições ou entidades, para obter contributos para as diferentes problemáticas

do Grupo de Trabalho do Ministério, bem como com alguns convidados internacionais nomeadamente da Comissão Europeia, perfazendo perto de meio milhar de participantes.

Os principais objectivos deste Encontro consistiram na apresentação e debate dos resultados obtidos nos referidos workshops e a recolha de informação de apoio à preparação do Relatório de Actualização do PNAI para 2005-2006.

Educação, Formação e Cidadania

(continuação)



Workshop em Peniche

Deve ressaltar-se, no cômputo deste Processo de Participação, ao qual se perspectiva dar continuidade, que se procurou criar condições para uma efectiva participação de todos os actores, quer públicos, quer não governamentais e para uma maior coerência das políticas, ou seja, importa conceber um Plano que contemple as diversidades e especificidades territoriais e que oriente estrategicamente as intervenções do conjunto dos actores, fomentando a reflexividade sobre as mesmas.

Importa, pois, contrariar uma visão sectorial e fragmentada, construindo progressivamente uma estratégia sustentada em medidas estruturantes, que actuam na causa dos problemas, mobilizando e co-responsabilizando todos os actores. Neste sentido, o Plano Nacional de Acção para a Inclusão, enquanto instrumento estratégico de planeamento transversal e inte-

grador dos vários actores e sectores aos níveis público e privado, bem como central e local, constitui-se como o "lugar" privilegiado para a concretização do *mainstreaming da inclusão social*, ou seja, assegurar a integração da perspectiva da inclusão social na formulação e desenvolvimento de todas as políticas, garantindo os direitos de cidadania.



Em seguida, é possível dar conta, justamente, de alguns dos resultados qualitativos obtidos nos já referidos workshops, referentes a uma das problemáticas estruturantes para o desenvolvimento e a coesão social do País - a da Educação e Formação.

A Problemática da Educação - Formação, na Perspectiva dos Actores Locais

Os níveis de escolarização e as qualificações da população são elementos estruturantes fundamentais, quer para a compreensão dos fenómenos de pobreza e exclusão social, quer para a inclusão dos indivíduos e grupos sociais mais desfavorecidos.

Neste contexto assume particular relevância a eficácia das políticas adoptadas em matéria de educação e formação, na medida em que quanto mais escolarizada e qualificada for a população, menores serão os riscos de exclusão. Contudo, apesar dos investimentos realizados em termos de medidas de política na área da educação e formação e de alguns progressos obtidos, Portugal apresenta ainda baixos níveis de habilitações escolares e de qualificações da sua população, comparativamente à média da UE. De facto, os indicadores permitem observar que, em 2001, 68,3% do total da população entre 25-64 anos tinha um nível de escolaridade abaixo do secundário inferior.

Em 2004, 39,4% da população entre os 18 e os 24 anos, com pelo menos a escolaridade obrigatória, já não frequentava qualquer nível de ensino ou formação (enquanto a média da UE25, era de 15,9%) e, também em 2004, registou-se uma fraca participação dos trabalhadores de baixas qualificações em acções de formação ao longo da vida (apenas 4,8% participaram, enquanto a média da UE25 era de 9,4%, na mesma data).

As situações que estes indicadores quantitativos revelam, foram reforçadas pelas percepções qualitativas de grande parte dos actores que participaram nos workshops locais. O baixo nível de qualificações / escolares e profissionais e a falta de respostas de educação/ formação diversificadas, foi um dos problemas trabalhados em 4 das 7 regiões (Cascais, Vila Nova de Famalicão, Oliveira do Bairro e Reguengos de Monsaraz) e cujas causas



Workshop em Cascais



Workshop em Macedo de Cavaleiros

foram atribuídas essencialmente:

- Ao nível **Estatal**, nomeadamente ao sector da educação/ formação, pelo facto de reproduzir um ensino pouco estimulante; por haver falta de ofertas formativas e educativas e/ou desadequação das ofertas às necessidades do mercado de trabalho e às expectativas potenciais dos formandos, bem como uma considerável falta de comunicação entre estruturas formativas, entre ciclos escolares e entre as escolas e o mercado de trabalho.
- Ao **mercado de trabalho**, observa-se uma elevada taxa de desemprego, indici-

ando um desajustamento entre a oferta e a procura de trabalho.

- Ao nível dos próprios **indivíduos e famílias**, registam-se várias vulnerabilidades/ causas como sejam o abandono escolar precoce, uma desvalorização do papel da escola e da formação profissional, sendo a elevada taxa de abandono escolar demonstrativa disso, baixos níveis de competências pessoais e profissionais, baixos rendimentos, falta de projectos de vida concentrando, por conseguinte, as condições de reprodução do ciclo de pobreza e exclusão.

Educação, Formação e Cidadania

(continuação)



Workshop em Reguengos

Em Reguengos de Monsaraz, os técnicos consideraram como objectivo estratégico o aumento das qualificações (escolares e profissionais) da população em geral, sem concretizarem projectos neste âmbito. Em Cascais, a estratégia definida para responder ao referido problema passa por promover a articulação de medidas de política, projectos e recursos já existentes nas áreas da Educação, Formação e Emprego, centralizando a informação e tornando-a acessível a todos (indivíduos, grupos,

associações, empresas, entidades formadoras, etc.).

A um nível implícito, foram assim questionados os resultados e a eficácia da estratégia de aprendizagem e formação ao longo da vida, assim como as medidas de política na área da educação- formação-

inserção no mercado de trabalho dos activos jovens e adultos. A persistência de dificuldades no acesso efectivo à educação foi, por seu lado, um traço comum referido nos sete workshops realizados. O quadro seguinte permite ilustrar as referências obtidas nos trabalhos dos grupos.



Quadro 1. Principais Problemas que se Colocam no Acesso Efectivo à Educação

Dificuldades no Acesso Efectivo à Educação	Reguengos de Monsaraz	Vila Nova de Famalicão	Macedo de Cavaleiros	Oliveira do Bairro	Portimão	Peniche	Cascais
Insucesso Escolar - Também relacionado com a avaliação de professores	●		●	●		●	●
Abandono Escolar Precoce Absentismo Escolar			●	●	●	●	●
Falta de Autonomia Financeira das Escolas		●		●	●		
Falta de Apoio Psicosocial (Escola/ Família)				●			
Fraco Envolvimento da Família no Processo Educativo					●		

Fonte: Amorim, Alexandra; Gonçalves, Alda; Matos, Gisela (2005), Processo de Participação

O quadro permite observar que o insucesso e o abandono escolar precoce se encontram no centro das preocupações dos técnicos locais, como obstáculos a um acesso efectivo à educação, em diferentes territórios. Problemas, portanto transversais ao País e para os quais foram apontadas várias causas, complexas e interligadas, como:

● **Ao nível Estatal / sector da educação** - foram referidas causas que radicam no próprio sistema de ensino, ou seja, no modelo educativo que espelha uma escola industrializada e com manifesta falta de flexibilidade ao nível curricular, originando desadequação da escola às necessidades e expectativas dos jovens. Nas próprias escolas, revelam-se insuficientes ou inexistentes os apoios extra-curriculares adequados às situações concretas, bem como os apoios psico-sociais. Os professores, por seu lado, são também responsabilizados, considerando que alguns possuem má preparação pedagógica e metodológica, revelando mesmo falta de envolvimento na escolaridade dos alunos.

● **Ao nível familiar**, foi referida a existência de uma cultura desvalorizadora da educação em deterimento do trabalho (associado a rendimento), observável através de situações de trabalho infantil, observando-se também vulnerabilidades que fragilizam o enquadramento socializador das crianças e jovens, como as situações de alcoolismo, as disfuncionalidades familiares, os baixos recursos familiares e a falta de condições de habitabilidade. Foi ainda referido o facto de muitas vezes, as crianças e os jovens ficarem entregues a si próprios, com uma clara falta de envolvimento dos pais na escolaridade dos filhos, como um dos factores relevantes no insucesso e no abandono escolar.

● **Ao nível das crianças e jovens**, as principais causas apontadas, prendem-se com o desejo de autonomia e independência económica por parte dos jovens, o desinteresse e as baixas expectativas em relação à escola, ou com dificuldades de aprendizagem e consumos tóxicos.

Como contributos para a resolução destes problemas, surgiram em três territórios as seguintes propostas:

● A de garantir o acesso a formações e qualificações adequadas às necessidades da região, foi o objectivo fundamental referido em Macedo de Cavaleiros.

● A de potenciar as expectativas e competências das famílias na socialização dos filhos, numa perspectiva de cidadania e definir projectos educativos de carácter territorial, participados pela comunidade, foram objectivos estratégicos defendidos em Peniche e a concretizar através da criação de uma equipa técnica de intervenção local.

● A de promover um ensino adaptado às necessidades individuais das crianças e dos jovens e desenvolver competências pessoais, sociais e profissionais nos agentes educativos (formais e informais), através da criação de equipas locais pluridisciplinares de apoio aos alunos e às suas famílias.

Educação, Formação e Cidadania

(continuação)



Workshop em Famalicão

Notas Finais

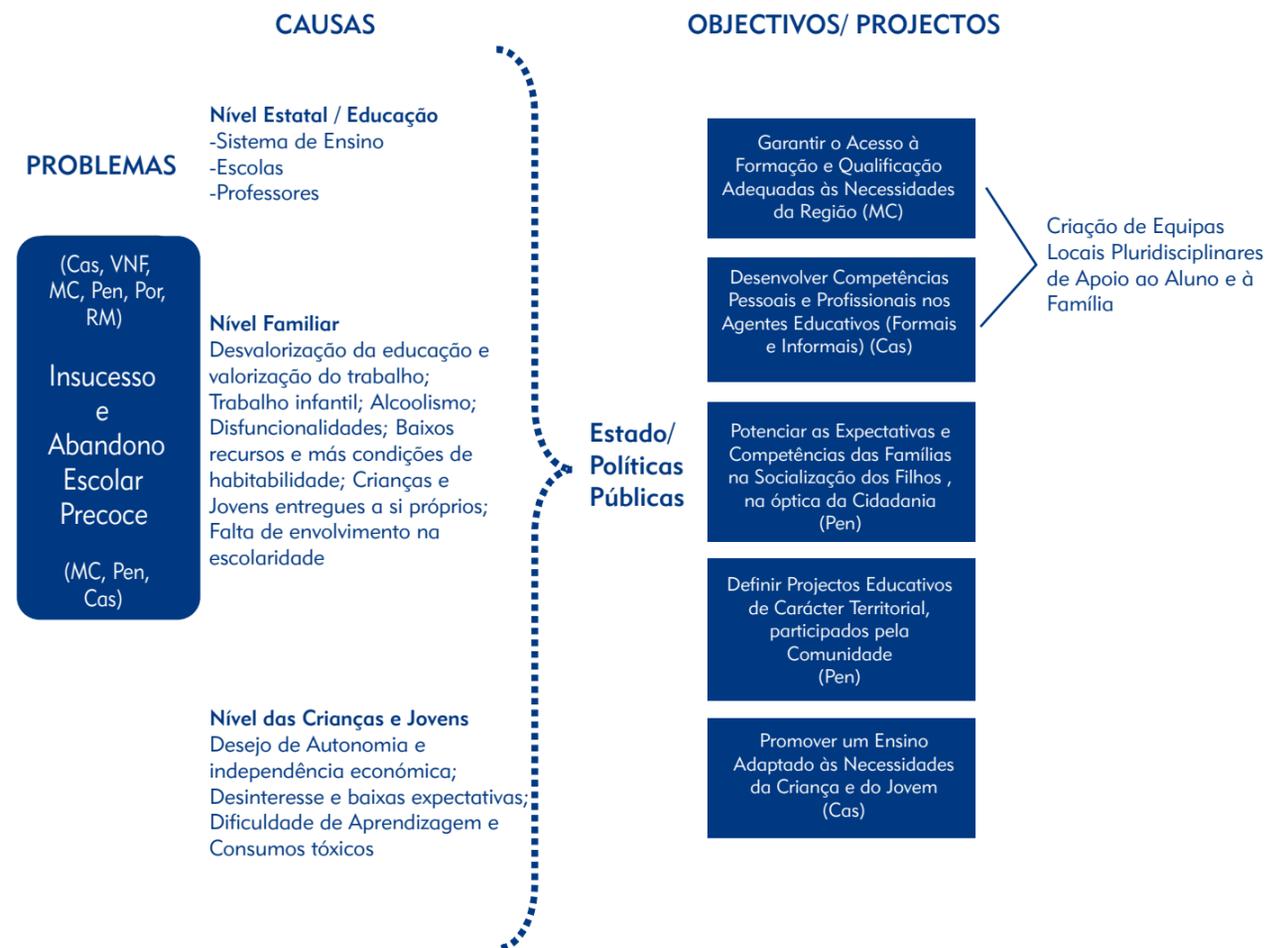
Em síntese, este exercício de diagnóstico participativo, a partir dos níveis locais permitiu, por um lado, confirmar os dados quantitativos que demonstram os atrasos estruturais de Portugal em matéria de educação e formação comparativamente à média da UE25.

Revelou ainda a necessidade de promover debates públicos sobre esta matéria, convocando a diversidade dos actores com responsabilidade, quer na concepção, quer na implementação das medidas de política para reflectirem sobre as mesmas, avaliando-as para melhor as adequar à diversidade das situações e dos territórios ou mesmo suprimindo as que se revelarem ineficazes.

O retrato traçado no âmbito desta problemática é desfavorável, demonstrativo de um distanciamento face à garantia dos direitos de cidadania, às metas de coesão social e à necessária competitividade e produtividade, no contexto de uma sociedade da informação e do conhecimento, cada vez mais globalizada e que vem impondo novas e maiores exigências de literacia à generalidade da população.



WORKSHOPS PNAI 2003/2005



Fonte: Amorim, Alexandra; Gonçalves, Alda; Matos, Gisela (2005), Processo de Participação PNAI 2003-2005 Resultados dos Workshops, Abril 2005, Lisboa, MSST (Texto não publicado).

Os desafios a vencer são, portanto, estratégicos e decisivos e é imperioso vencê-los, não apenas pela necessidade de convergir com a UE, mas também pela necessidade interna de desenvolvimento sócio-económico.

Alguns destes desafios passam fundamentalmente:

- Pela insistência em elevar a escolarização dos mais jovens (até aos 17 anos), com sucesso escolar.
- Pelo combate eficaz ao abandono escolar precoce.
- Pela persistência de criação de oportunidades de educação, formação e certificação das aprendizagens ao longo da vida dos activos jovens e adultos, que não dispuseram de possibilidades educativas e formativas para atingirem os níveis de literacia e as qualificações exigíveis à inclusão.

- Pelo combate à info-exclusão e às desigualdades no acesso à informação e ao conhecimento.

Rumo a uma sociedade mais qualificada e informada que torne possível a melhoria da qualidade de vida de todos e, portanto, o exercício de uma cidadania plena como eixo de sustentabilidade da coesão social.

BIBLIOGRAFIA

Amorim, Alexandra; Gonçalves, Alda; Matos, Gisela (2005), Processo de Participação PNAI 2003-2005 - Resultados dos Workshops, Abril 2005, Lisboa, MSST (Texto não publicado).
 Amorim, Alexandra; Bomba, Teresa; Gonçalves, Alda; Fernandes, Rita; Matos, Gisela (2005), Relatório de Actualização PNAI 2005-2006, Junho 2005, Lisboa, MTSS (Texto não publicado).
 Costa, Maria Alice (2003), "Sinergia e Capital Social na Construção de Políticas Sociais: A Favela da Mangueira no Rio de Janeiro" in Revista de Sociologia e Política, N.º 21, Nov. 2003, Curitiba.
 MSST (2003), Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003-2005, Lisboa, MSST.
 -Nanita, Paula (2004), "As Qualificações dos Portugueses" in Cidade Solidária, N.º 12, Ano VII, Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

NOTAS:

- (1) Este artigo teve por base o Plano Nacional de Acção para a Inclusão e outros documentos referenciados na Bibliografia e produzidos pela Equipa Técnica: Alexandra Amorim e Gisela Matos (Instituto da Segurança Social), Rita Fernandes e Teresa Bomba (Direcção Geral de Estatística, Estudos e Planeamento), MTSS
- (2) A selecção dos locais para a realização das acções de divulgação, bem como a respectiva dinamização, foi da exclusiva responsabilidade da Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal (REAPN) e em articulação com os núcleos distritais da mesma.
- (3) Os Workshops locais foram realizados nos Concelhos de Cascais, Macedo de Cavaleiros, Oliveira do Bairro, Peniche, Portimão e Reguengos de Monsaraz e Vila Nova de Famalicão.
- (4) Recomendação claramente expressa no Objectivo. 4. Mobilizar o Conjunto dos Intervententes, Directriz b)

Voluntariado e Cidadania pela Educação

Lucília da Fonseca Pires
Lic. em Línguas e Literaturas Modernas e Lic. em Ensino;
Mestre em Relações Interculturais;
Voluntária e Formadora de Voluntários



Ministério da Educação
e do Desporto

A escola é, sem dúvida, o espaço onde a vida acontece para as crianças, adolescentes e jovens. É na escola que passam a grande maioria do seu tempo, é na escola que comunicam, que conhecem e se dão a conhecer, que amam, sofrem, riem e choram. É na escola que vivem. Por isso a escola tem vindo a assumir uma posição de protagonismo crescente no que respeita à educação, ocupando-se progressivamente de áreas que eram pertença do espaço familiar como a educação emocional e afectiva e a preparação para a vida em todos os seus aspectos. Hoje em dia, ante a inércia ou a inépcia da família, a escola vê-se confrontada com a necessidade de não só transmitir saberes e práticas, úteis para a prossecução de objectivos profissionais, mas também educar os alunos para serem pessoas socialmente responsáveis e humanas. A escola deve, cada vez mais, educar o aluno na integralidade das vertentes que o fazem pessoa.

Em Portugal, a Lei de Bases do Sistema Educativo aponta claramente um conjunto de valores que devem ser introduzidos nos currículos escolares de forma explícita ou tácita, nomeadamente: "desenvolvimento do espírito crítico, solidariedade, cooperação, humanismo universalista,

tolerância, identidade nacional, intervenção democrática na vida comunitária e liberdade de consciência", e que motivaram a introdução nos diferentes programas, de uma área específica dedicada aos comportamentos e atitudes: a área do ser em complemento às áreas do saber e do saber-fazer, tradicionalmente trabalhadas.

São, por isso, cada vez mais os projectos educativos que surgem pela necessidade de educar toda a pessoa do aluno e não apenas a sua vertente técnica ou cognitiva. A escola empenha-se agora na formação cívica, moral, emocional, das atitudes, etc., tentando assim responder ao apelo da sociedade que procura bons cidadãos, profissionais inventivos mas afáveis, pessoas verdadeiramente empenhadas na procura do bem e agindo de acordo com princípios rectos e solidários. À escola cabe agora providenciar toda a formação adequada, na medida em que "o desempenho das profissões actuais e o exercício da cidadania requerem o desenvolvimento de uma série de capacidades (pensamento sistémico, solidariedade, criatividade, capacidade de resolver problemas, capacidade de trabalhar em equipa, etc.), que não se formam nem espontaneamente, nem pela mera aquisição de informações e conhecimentos."

A disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social surge como resposta política ao repto lançado pela sociedade de que a juventude estava a entrar em degradação

acentuada e que urgia agir e evitar futuros dissabores. É introduzida pela Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86) e posteriormente regulamentada pelo Decreto-Lei 286/89, de 29 de Agosto, no seguimento de políticas comunitárias que visavam a introdução nos currículos escolares de uma área de formação pessoal e social. "Ao determinar que os planos curriculares da educação básica contenham uma área de formação pessoal e social, a Lei de Bases mais não faz que criar instrumentos de prossecução dos objectivos que define para a formação geral de todos os cidadãos; aqueles que não se limitam à aquisição da cultura moderna nas suas dimensões literária, científica, tecnológica e artística, mas abrangem ainda o desenvolvimento de uma série de competências de vida."

Por seu lado o Decreto-Lei 286/89, de 29 de Agosto, que regulamenta a implementação da referida área de formação, acrescenta ainda que apesar de disseminada nos diversos planos curriculares, e de lhe ser atribuído um espaço curricular não disciplinar, a Área Escola, a formação pessoal e social deverá passar a contar com um espaço curricular disciplinar, de uma hora semanal nos ensinos básico e secundário, denominado Desenvolvimento Pessoal e Social, que funciona em alternativa à Educação Moral e Religiosa Católica, e que será proporcionada pelas escolas assim que o sistema educativo puder dispor de docentes para tal habilitados.

A questão primordial é que a educação cívica não é apenas mais um conjunto de saberes intelectuais ou científico-filosóficos, ou de técnicas de relacionamento interpessoal ou mesmo de modelos comportamentais a assimilar.

A educação para a cidadania é uma atitude, é a atitude global do professor, da escola, da comunidade, da sociedade. Só um professor formado no máximo respeito pela pessoa humana, ciente dos seus direitos e deveres enquanto cidadão activo e pleno da sociedade e consciente da universalização das suas próprias acções poderá formar pessoas embuídas de dignidade, justiça, reciprocidade, responsabilidade, autonomia, etc.

Ou estes valores estão patentes na prática pedagógica do docente, de forma directa e consciente, ou, pelo menos, de forma indirecta e inconsciente, e contribuem assim para a formação cívica dos seus alunos, ou não estão.

Por isso surge a necessidade de uma educação para o voluntariado na escola. O exercício do voluntariado permite não só satisfazer necessidades concretas da comunidade (apoio a idosos e doentes, acompanhamento de pessoas em situação de carências várias, promoção cultural, etc.), mas visa sobretudo educar para a responsabilidade solidária, para o desenvolvimento de laços comunitários, para o salutar estabelecimento de relações interpessoais, em última análise,

como dizia Marcel Mauss, para a "dádiva de si".

Conhecer situações concretas de carência, acompanhar pessoas que necessitam de ajuda, o poder ser uma "mão amiga" sem nada esperar em troca são factores propiciadores de uma mudança de atitude face a vida.

Não só revelam o valor da solidariedade, da capacidade de "sofrer" com o outro, mas fornecem simultaneamente um conjunto de competências úteis para o futuro: o trabalho em equipa, a organização do tempo, a planificação de actividades, etc.

Este ano europeu da cidadania pela educação urge repensar esta temática, e sobretudo passar das intenções à acção, promovendo espaços e momentos em que se eduquem as crianças e jovens para a cidadania responsável e solidária. A proposta aqui apresentada não é mais que um convite à acção generosa em prol dos outros, e um estímulo a vontade de participar activamente na construção de um "mundo melhor".

NOTAS:

- (1) Marques, Ramiro, Escola, Currículo e Valores, Livros Horizonte, Lisboa, 1997, pp. 57-58.
- (2) AAVV, Filosofía de la Educación Hoy, Dykinson, Madrid, 1998, p. 316. (tradução da autora)
- (3) Campos, Bártolo Paiva, Educação e Desenvolvimento Pessoal e Social, (2ª ed.) Edições Afrontamento, Porto, 1997, p. 95.

Voluntariado - Exercício de uma Cidadania Livre e Responsável

O Voluntariado é uma actividade inerente ao exercício de cidadania que se traduz numa relação solidária para com o próximo, participando, de forma livre e organizada, na solução dos problemas que afectam a sociedade em geral.

A Lei do Voluntariado* visa promover e garantir a todos os cidadãos a participação solidária em acções de voluntariado e definir as bases do seu enquadramento jurídico (art. 1º). Expressa o reconhecimento pelo valor do voluntariado como exercício de uma cidadania livre e responsável.

*Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, que estabelece as bases do enquadramento jurídico do voluntariado, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de Setembro.

TEIA:

Itinerários contra a pobreza

Ademar Carvalho - Adjunto do Presidente Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
accaosocial@cm-vnfamalicao.pt

Constantino Martins - Chefe do Projecto, Técnico Superior CDSS de Braga
Constantino.j.martins@seg-social.pt



**O Projecto de Luta
Contra a Pobreza
TEIA teve o seu
início em Setembro
de 2000 e fim
programado para
Agosto de 2004
para o território de
concelho de Vila
Nova Famalicão.**

Durante este ano decorrem acções tendentes à sustentabilidade do projecto. O Projecto TEIA é promovido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e a sua entidade gestora é a Associação de Ludotecas de Famalicão (ALF). O "corpo" de parceiros, num total de 19 integrava instituições/organismos de diferente natureza.

Em Julho de 2002, durante um momento de intermédio de avaliação, diagnóstico e planeamento participado, estabeleceu-se definitivamente os sub-projectos Empregabilidade Máxima Sustentada (EMS), Unidade Aberta e Intervenção Sócio-Comunitária. A Intervenção Sócio-Comunitária, manteve as actividades anteriores a este momento de avaliação que se provaram essenciais, estabeleceu-se em zonas especialmente vulneráveis, como são os bairros sociais. Os principais resultados desta intervenção foram, nomeadamente, a reabilitação física de diversos espaços, a criação de uma Associação de Moradores e a abertura de um gabinete de atendimento.

A Unidade Sócio-Educativa, divide-se em Unidade Aberta e a Unidade Itinerante. A Unidade Aberta responde à necessidade de uma estrutura de inserção flexível imediata de crianças e jovens, num máximo de 20 vagas, nomeadamente para agregados envolvidos no RSI, facilitando a integração sócio-profissional. A sustentabilidade e manutenção desta unidade é assegurada pela ALF. A Unidade Itinerante assenta numa equipa técnica e um mini-autocarro vocacionado para actividade lúdicas e recreativas. Este equipamento possibilita às crianças e jovens de freguesias mais distantes e carentes de equipamentos lúdicos e de ocupação de tempos livres o acesso a ambientes lúdicos. No ano de 2004 foram abrangidas num total de 572 crianças. Esta iniciativa está também garantida, na sua continuidade e desenvolvimento, pela ALF.

O EMS, resultou de uma dupla constatação. Primeiro a situação de desvantagem face ao mercado de trabalho, de formação e de qualificação por parte da população, em idade activa, beneficiária do Rendimento Social de Inserção e Acção Social. Segundo, a dificuldade por parte das entidades intervenientes (com destaque para o Núcleo Local de Inserção), promotoras da inserção, nos domínios do emprego, formação e qualificação profissionais. Neste contexto, surgiu a necessidade de planear uma intervenção concertada que pudesse dar resposta à (re)inserção social e profissional, a promoção e desenvolvimento de competências para a empregabilidade, por forma a melhorar os resultados quanto à inserção no mercado de trabalho da população abrangida.

O EMS propõe diferentes etapas de inserção, a saber: o Reconhecimento, a Validação, a Certificação, a Formação e a Arti-

culação com as Empresas e outras Entidades.

Destacam-se, como resultados, as parcerias com 9 IPSS com formação de diferentes técnicos superiores, num total de 12, pela Associação Industrial do Minho, na aplicação das metodologias e criação/adaptação de instrumentos para os "balanços de competências".

Concluíram-se até este momento 62 dossiers de Vida e Carreira (balanço de competências). A análise pelo Centro de Reconhecimento e Validação de Competências do Vale do Ave de 19 dossiers para validação de competências-chave.

Outros 28 beneficiários foram integrados em Oficinas de Formação, numa parceria com a Cooperativa de Ensino CIOR, para 50 horas de formação por cada área das competências-chave. Entre outros promo-

veram-se, ainda, cursos Inserção-Emprego, para um total de 30 utentes, cursos EFA, para um total de 15 utentes.

O EMS pressupõe acompanhamento personalizado (anterior, durante e após a inserção); diversidade de respostas em função dos perfis; intervenção multidisciplinar e intersectorial e, por último, pressupõe o envolvimento de empresas e outras entidades empregadoras. Neste propósito está em fase de conclusão as "acções prosseguir", iniciativa junto das empresas para a criação efectiva de oportunidades de trabalho.

Tudo se conjuga para que o projecto TEIA possa fazer o seu encerramento legando estruturas, metodologias de intervenção, recursos técnicos humanos e parcerias diversas projectando uma real mudança e valorização da comunidade onde se inseriu.

Caracterização e Avaliação da Satisfação dos Clientes do Instituto da Segurança Social, I.P.

Filomena Gonçalo
Departamento de Atendimento ao Cidadão e Comunicação do ISS, IP



A diversidade de Serviços de Atendimento ao público existentes na Segurança Social (350 permanentes e 80 temporários) e o elevado número de atendimentos efectuados mensalmente (1.396.728)¹ dificultam a garantia de qualidade de serviço.

No entanto, acreditamos que existem aspectos susceptíveis de alteração que, através de um conhecimento sistematizado, podem corresponder às expectativas dos Cidadãos/Clientes, pelo que salientamos o estudo de Caracterização e Avaliação da Satisfação dos Clientes do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.), como instrumento fundamental para a gestão eficaz do atendimento ao público.

A realização deste estudo, de âmbito nacional, teve como objectivos conhecer quantitativa e qualitativamente a satisfação dos Cidadãos/Clientes, relativamente ao serviço prestado pelo Instituto, e identificar o perfil do cliente que se dirige ao atendimento presencial, para que se possa adequar e implementar, de forma eficaz, medidas de melhoria.

O estudo resulta da estreita colaboração entre vários serviços do ISS, I.P., que de forma empenhada contribuíram para a prossecução das várias fases, desde a concepção do instrumento de recolha de informação utilizado - inquérito por questionário - até à apresentação dos resultados obtidos, sob a forma de relatórios (1 relatório nacional, 18 relatórios dos Centros Distritais de Segurança Social - CDSS - e 1 relatório do Centro Nacional de Pensões - CNP).

A amostra aleatória em estudo é constituída por 8.835 clientes distribuídos pelos 18 Centros Distritais e Centro Nacional de Pensões e é representativa de cada uma destas entidades, contém um nível de confiança de 95% e um erro máximo admissível de 4%.

A aplicação do questionário decorreu durante o período de 11 a 29 de Outubro de 2004, por colaboradores identificados pelos CDSS e CNP que não pertencessem à área do atendimento. Genericamente, os clientes aderiram de forma satisfatória à iniciativa.

Após a recepção da informação procedeu-se à leitura óptica dos questionários e ao tratamento e análise dos resultados obtidos.

Resultados Nacionais

A média etária dos clientes da amostra nacional é de 43 anos. Da junção de escalões etários conclui-se que 82,4% dos clientes tem idades compreendidas entre os 25 e os 65 anos.

Relativamente às habilitações literárias verifica-se que 7% dos indivíduos nunca frequentaram qualquer grau de ensino e 61,8% detém, no máximo, a escolaridade obrigatória.

No que concerne à situação perante o trabalho, salienta-se que 40,1% são trabalhadores por conta de outrem, 18,7% são desempregados e 11,1% são pensionistas.

A quase totalidade dos indivíduos (96,7%) que se deslocam aos Serviços de Atendimento são Pessoas Singulares e 31,9% vão tratar de assuntos de terceiros, principalmente referentes a familiares.

Do total das deslocações aos Serviços de Atendimento, 38,5% destinam-se à tesouraria, com grande incidência no pagamento de contribuições e 21,3% a pedidos de informação e a entrega de requerimentos.

Em termos nacionais, 63,7% dos clientes dirigiram-se àquele serviço de atendimento porque é o mais próximo da residência, havendo também 11,3% que alegam a proximidade ao local de trabalho.

A abertura à hora do almoço é considerada conveniente para 88,2% dos inquiridos e 40% preferem deslocar-se aos serviços de atendimento no período das 8 às 11 horas. O tempo de espera considerado ideal é, para 93,4%, até 30 minutos.

O tempo máximo satisfatório para receber uma prestação/subsídio, referido por

86,2% dos clientes da amostra nacional, é até 30 dias.

Foram vários os critérios de satisfação avaliados pelos clientes, nomeadamente o desempenho dos colaboradores do atendimento, instalações, informação disponível, proximidade e horário, tempo de processamento das prestações/subsídios, tempo de atendimento e de espera. Cada um dos critérios foi avaliado numa escala de 5 pontos (de muito satisfeito até muito insatisfeito) e foi também solicitada a identificação dos 3 critérios que o cliente mais valorizava. Da análise dos dados obtidos conclui-se que o critério mais valorizado pelos clientes do ISS, I.P. é a simpatia dos colaboradores, seguindo-se o tempo de espera até ser atendido, a competência dos funcionários, a clareza e rigor da informação prestada e, em quinto lugar, surge o tempo de processamento das prestações/subsídios. As instalações sanitárias, a visibilidade do livro de reclamações e da caixa de sugestões são os critérios menos valorizados.

A avaliação dos diversos critérios de satisfação em análise permite concluir que os clientes dos ISS, I.P. estão globalmente satisfeitos (84,6%) com o atendimento efectuado, salientando-se a simpatia e cortesia dos colaboradores, o tempo de atendimento e a localização dos serviços

de atendimento, com níveis de satisfação superiores a 88%. A competência dos colaboradores, a ajuda/encaminhamento na resolução dos problemas e a clareza e rigor da informação prestada apresentam valores entre 86% e 87%.

Os critérios identificados como menos satisfatórios são o tempo de processamento da prestação/subsídio, acesso a pessoas com mobilidade reduzida e o tempo de espera até ser atendido, com níveis de insatisfação de 53,2%, 47,8% e 42,5% respectivamente.

Os níveis de satisfação obtidos permitem afirmar que os clientes do ISS, I.P. reconhecem a qualidade dos recursos humanos que desempenham funções na área do atendimento. No entanto, pode-se identificar inferências, que apontam no sentido de equacionar novos modelos de relacionamento dos clientes com a Segurança Social, que deverão passar por diversificar os canais de contacto, com intuito de transferir o fluxo de atendimento, aumentando-se a eficácia do relacionamento.

NOTA:
(¹) Fonte: Serviços de Atendimento - Estudo Nacional do 2º Semestre de 2004 (DACC-UGA).

Legislação Publicada nos meses de Fevereiro a Maio de 2005

Mónica Baptista
CRC - ISS, I.P.

FEVEREIRO 2005

Estabelece os apoios financeiros a vigorar para o ano lectivo de 2004-2005 nas associações e cooperativas de ensino especial. **Portaria n.º 136/2005. DR Série I-B 23 (2005-02-02) 862;**

Cria, na dependência do Ministro das FAP, um grupo de trabalho que tem por objectivo estudar e propor soluções para as questões pendentes relativas aos cidadãos portugueses residentes nos antigos territórios ultramarinos, no período compreendido entre 25 de Abril de 1974 e a data da transferência plena de soberania para os novos governos dos Estados sucessores, cujos direitos ou interesses legítimos tenham sido directamente afectados pelos processos de descolonização. **Despacho Conjunto n.º 107/2005. DR Série II 24 (2005-02-03) 1668-1669;**

Reconhece as associações estrangeiras de direito privado sem fins lucrativos, a autorização para exercer em Portugal a actividade mediadora em matéria de adopção Internacional. **Portarias n.ºs 161 e 162/2005. DR Série I-B 29 (2005-02-10) 918-919;**

Nomeação dos representantes para os núcleos locais de inserção (NLI), (Guarda, Setúbal, Beja, Viseu, Leiria, Portalegre, Évora, Aveiro, Castelo Branco e Coimbra). **Despachos do n.º 3311 ao 3320/2005. DR Série II 32 (2005-02-15) 2161-2167;**

Fixa os montantes das prestações por encargos familiares, bem como das prestações que visam a protecção das

crianças e jovens com deficiência e ou em situação de dependência. **Portaria n.º 183/2005. DR Série I-B 32 (2005-02-15) 1117-1118;**

Actualiza o preço de venda de refeições nos refeitórios da Administração Pública em 2005. **Portaria n.º 214/2005. DR Série II 35 (2005-02-18) 2410;**

MARÇO 2005

Nomeação dos representantes para os núcleos locais de inserção (NLI) (Coimbra, Setúbal, Viseu, Guarda). **Despacho n.º 5214, 5215, 5216, 5217/2005. DR Série II 49 (2005-03-10) 3840-3841;**

Nomeação, para o distrito de Viseu, dos representantes para o núcleo local de inserção (NLI). Revoga a Portaria n.º 416/2004, de 22 de Abril. **Despacho n.º 5552/2005. DR Série II 52 (2005-03-15) 4133;**

Altera a Portaria n.º 1085-A/2004, de 31 de Agosto, que fixa os critérios de prova e de apreciação da insuficiência económica para a concessão da protecção jurídica. **Portaria n.º 288/2005. DR Série I-B 56 (2005-03-21) 2516-2517;**

Determina, para o ano de 2005, quais os grupos a abranger no âmbito da medida n.º 2 do PROGRIDE, bem como os prazos de entrega das candidaturas a esta medida. **Despacho n.º 6165/2005. DR Série II 57 (2005-03-22) 4603-4604;**

Nomeação dos representantes para os núcleos locais de inserção (NLI) (Évora e Beja). **Despacho n.º 6166, 6167/2005. DR Série II 57 (2005-03-22) 4604;**

Período de abertura de candidaturas ao Programa Ser Criança. **Despacho n.º 6475/2005. DR Série II 61 (2005-03-29) 4800;**

Em conformidade com o disposto no despacho n.º 26/MSSS/95, de 28 de Dezembro, determina-se que seja aprovado o regulamento do Programa Ser Criança, que constitui anexo ao presente despacho. **Despacho n.º 6580/2005. DR Série II 62 (2005-03-30) 4902-4910;**

ABRIL 2005

Actualiza as remunerações que servem de cálculo às pensões de invalidez e de velhice do regime geral de segurança

social. **Portaria n.º 363/2005. DR Série I-B 65 (2005-04-04) 2814-2815;**

Cria a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho das Lajes do Pico e Madalena. **Portaria n.º 411 e 412/2005. DR Série I-B 71 (2005-04-12) 2946-2947;**

Cria a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Pinhel, Torre de Moncorvo, Ferreira do Alentejo e Lajes das Flores. **Portaria n.º 421, 422, 423 e 424/2005. DR Série I-B 74 (2005-04-15) 3003-3006;**

Cria a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Pinhel, Torre de Moncorvo, Ferreira do Alentejo e Lajes das Flores. **Portaria n.º 428, 429, 430/2005. DR Série I-B 75 (2005-04-18) 3011-3013;**

Estabelece o regime jurídico de protecção social na maternidade, paternidade e adopção no âmbito do subsistema previdencial de segurança social face ao regime preconizado na legislação de trabalho vigente. **Decreto-Lei n.º 77/2005. DR Série I-A 72 (2005-04-13) 2954;**

Aprova os princípios fundamentais orientadores da estruturação dos cuidados de saúde às pessoas idosas e às pessoas em situação de dependência. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/2005. DR Série I-B 81 (2005-04-27) 3200-3201;**

Cria um grupo técnico para a reforma dos cuidados de saúde primários. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2005. DR Série I-B 81 (2005-04-27) 3202-3203;**

MAIO 2005

Regula o modo de resolução dos conflitos de atribuições emergentes da aplicação da Lei n.º 18/2004, de 11 de Maio, que tem por objectivo estabelecer um quadro jurídico de combate à discriminação por motivos baseados na origem racial ou étnica. **Decreto-Lei n.º 86/2005. DR Série I-A 84 (2005-05-02) 3254;**

Aprova um cartão de livre trânsito e um de identificação para o pessoal dos serviços e organismos do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Revoga a Portaria n.º 1272/2004, de 6 de Outubro. **Portaria n.º 472/2005. DR Série I-B 90 (2005-05-10) 3323-3324.**

Bibliografias Temáticas: Cidadania pela Educação

Susana Cardoso
CRC - ISS, I.P.

Birzúa, César, e outros, **All-european study on education for democratic citizenship policies** [texto policopiado]. [Strasbourg]: Council of Europe, [2002], 94 p. http://www.coe.int/t/e/cultural_cooperation/education/edc/documents_and_publications

Borgström, María, e outros, **Hacia una Europa diferente** [texto policopiado]: respuestas educativas a la interculturalidad. Madrid: Centro de Investigación y Documentación Educativa, 2002, 24 p. <http://www.gencat.net/educacio/depart/pd/marc2004.pdf>

Boston, Bruce O., e outros, **Restoring the balance between academics and civic engagement in public schools** [texto policopiado]: bridging youth policy, practice and research. Washington: American Youth Policy Forum; Association for Supervision and Curriculum Development, 2005, 56 p. <http://downloads.ncss.org/legislative/RestoringBalance.pdf>

Bowie, Robert A, **Ethics and tolerance in citizenship** [texto policopiado]: a guide for citizenship PGCE tutors. [s.l.: Canterbury Christ University College], 2004, 44 p. http://www.citized.info/pdf/induction/RB_Ethics_and_tolerance.pdf

Citizenship studies (short course) 2005 [texto policopiado]: general certificate of secondary education. [Manchester]: Assessment and Qualifications Alliance, 2004, 45 p. <http://www.aqa.org.uk>

Comissão Europeia. **Direcção-Geral da Educação e da Cultura, O melhor elearning para a Europa** [texto policopiado]. Luxemburgo: SPOCE, 2003, 28 p. http://europa.eu.int/comm/dgs/education_culture/publ/pdf/elearning/pt.pdf

Crozier, Fiona, e outros, **Quality convergence study** [texto policopiado]: a contribution to the debates on quality and convergence in the European Higher

Education Area. Helsinki: European Association for Quality Assurance in Higher Education, 2005, 25 p. (ENQA Occasional Papers; 7). <http://www.engaq.net>

Development of education in Portugal [texto policopiado]: national report 2004. [Lisboa]: Ministério da Educação, 2004, vol.1, 161 p. http://www.ibe.unesco.org/International/CE47/English/Natrep/ports/portugal_p_1.pdf

Duru-Bellat, Marie, **Social inequality at school and educational policies** [texto policopiado]. Paris: UNESCO. International Institute for Educational Planning, 2004, 97 p. <http://www.unesco.org/iiep>

ELLIS, Angela, **Active citizens in school** [texto policopiado]: evaluation of the DfES pilot programme. Nottingham: National Foundation for Educational Research. Department for Education and Skills, 2005, 83 p. <http://www.dfes.gov.uk/research>

Ethnicity and education [texto policopiado]: the evidence on minority ethnic pupils. Nottingham: National Foundation for Educational Research. Department for Education and Skills, 2005, 40 p. <http://www.dfes.gov.uk/research>

European Agency for Development in Special Needs Education, Special needs education in Europe [texto policopiado]. [Brussels]: Cor Meijer, 2003, 63 p. http://www.european-agency.org/publications/agency_publications/SN_E_europe/downloads/ThematicPublication_English.doc

García Lopez, Miguel Angel, e outros, **Under construction** [texto policopiado]: citizenship, youth and europe: T-kit on European citizenship. Strasbourg: Council of Europe, 2003, 67 p. <http://www.training-youth.net>

Global education digest 2004 [texto policopiado]: comparing education statistics across the world. Montreal, 2004, 153 p. <http://www.uis.unesco.org>

Integrating immigrant children into schools in Europe [texto policopiado]. Brussels: Eurydice European Unit, 2004, 100 p. http://www.eurydice.org/search/frameset_en.html

Kurtz, Karl T., e outros, **Citizenship** [texto policopiado]: a challenge for all generations. Denver: National

Conference of State Legislatures, 2003, 14 p. <http://www.mcsl.org>

Learning for the 21st century [texto policopiado]: a report and mile guide for 21st century skills. Washington: Partnership for 21st century skills, [2000], 33 p. <http://www.21stcenturyskills.org>

Nurturing the treasure [texto policopiado]: vision and strategy 2002-2007. Hamburg: UNESCO Institute for Education, 2003, 29 p. <http://www.unesco.org/education/uie/pdf/MTS.pdf>

Sanders, Dawn, e outros, **A study of the transition from the foundation stage to key stage 1** [texto policopiado]. Nottingham: National Foundation for Educational Research. Department for Education and Skills, 2005, 155 p. <http://www.dfes.gov.uk>

Standards and guidelines for quality assurance in the European Higher Education Area [texto policopiado]. Helsinki: European Association for Quality Assurance in Higher Education, 2005, 41 p. <http://www.enqa.net/files/BergenReport210205.pdf>

Tikly, Leon, e outros, **Understanding the educational needs of mixed heritage pupils** [texto policopiado]. Nottingham: National Foundation for Educational Research. Department for Education and Skills, 2004, 118 p. http://www.ligali.org/pdf/dfes_mixedheritage.pdf

Warwick, Ian, e outros, Developing a programme of continuing professional development (CPD) in citizenship [texto policopiado]. Nottingham: National Foundation for Educational Research. Department for Education and Skills, 2004, 37, 6 p. <http://publications.teachernet.gov.uk/eOrderingDownload/RR563.pdf>

Zgaga, Pavel, **The importance of education in social reconstruction** [texto policopiado]: six years of the "Enhanced Graz Process": developments, current status and future prospects of education in south-east Europe. Ljubljana: Centre for Educational Policy Studies, 2005, 64 p. <http://www.see-educoop.net>

* Esta Bibliografia pode ser consultada na Exposição Temática sobre o "Ano Europeu de Cidadania pela Educação", a decorrer no CRC do ISS, I.P., sito na Rua Castilho, n.º 5 - r/c, Lisboa patente até Dezembro de 2005.

Sites: Cidadania pela Educação

Alexandra César
CRC - ISS, I.P.



Active European Citizenship - European Commission
http://europa.eu.int/comm/dgs/education_culture/activecitizenship/index_en.htm



Education for Democratic Citizenship - Council of Europe
http://www.coe.int/T/E/Cultural_Cooperation/education/E.D.C/



Aprender a Europa - Centro de Informação Jacques Delors (Portugal)
<http://www.aprendereuropa.pt/>



Centro de Investigação de Tecnologias de Informação para uma Democracia Participativa (Portugal)
<http://www.citidep.pt>



INTERACT: Intercultural Active Citizenship Education - Centro de Estudos Sociais / Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Sede: Portugal)
<http://www.ces.fe.uc.pt/interact/>



Conselho Nacional de Educação (Portugal)
<http://www.cnedu.pt/>



Institute for Citizenship: Education (Reino Unido)
<http://www.citizen.org.uk/education.html>



Año Europeo de la Ciudadanía a través de la Educación - Ministerio de Educación y Ciencia (Espanha)
<http://www.educacionciudadania.mec.es/>



AEDE France - Association Européenne des Enseignants
<http://www.aede-france.org/fr/liens.htm>



EVEIL Association (França)
<http://www.eveil.asso.fr>

Novidades Editoriais

Alexandra César
CRC - ISS, I.P.



• **44 ideias simples para promover a tolerância e celebrar a diversidade / Projecto Semear para Acolher**; coord. Departamento de Protecção Social de Cidadania do Instituto da Segurança Social; colab. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. - Lisboa : ISS, 2004.

Editada pelo ISS, I.P., esta publicação contém algumas sugestões para uma melhor convivência comunitária com base na aceitação de diferenças culturais, étnicas, religiosas ou sociais que povoam a realidade portuguesa de hoje.

Com o forte crescimento do fluxo migratório nos últimos anos, Portugal, é actualmente, ponto de encontro de diferentes modos de vida, línguas e religiões e consequentemente toda esta diversidade na maneira de agir e estar provocam, como é óbvio, reacções, também elas várias e por vezes de difícil resolução. Esta edição apresenta algumas ideias, curiosidades e sugestões a pôr em prática, com vista à reflexão da nossa vivência quotidiana num Portugal aberto e multicultural.

• **Infant-toddler environment rating scale / Thelma Harms, Debby Cryer, Richard M. Clifford**. - Rev. ed. - New York ; London : Teachers College, cop. 2003.

O ITERS-R é um instrumento de trabalho essencial na medição e avaliação dos cuidados na infância. De forma inovadora e através da aplicação de uma escala fornecida, permite identificar pontos de força e fraqueza em situações tão diversas como os cuidados quotidianos levados a cabo por aqueles que trabalham com crianças, o espaço envolvente, as actividades ou as interacções, que permitem facilmente identificar a própria validade e confiança da escala.

• **Early childhood environment rating scale / Thelma Harms, Richard M. Clifford, Debby Cryer**. - Rev. ed. - New York : Teachers College, cop. 1998.

Edição revista, é um importante instrumento de trabalho relativo à monitorização, acompanhamento e medição dos cuidados na infância, dos 2,5 aos 5 anos de idade. A presente publicação está projectada para ser utilizada por profissionais ligados a áreas educativas, de modo particular aos que trabalham com crianças do ensino pré-escolar e jardins de infância.

• **Planeamento de equipamentos colectivos do sector da Segurança Social [Texto policopiado] / Maria José Vasconcelos**. - Braga : [s.n.], 2004.

Dissertação que pretende estudar a problemática do planeamento de equipamentos colectivos do sector da segurança social, aplicada, em particular, aos equipamentos de Creche e Centro de Actividades de Tempos Livres, na área da infância e juventude, e Centro de Dia e Lar de Idosos, na área da população idosa.

• **Segurança Social : um novo consenso / Bureau Internacional do trabalho ; trad. Carla Sofia Feliciano, Adriana Duarte Sá**. - Lisboa : Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Departamento de Cooperação, 2002.

Publicação editada pelo Departamento de Cooperação do Ministério da Segurança Social e do Trabalho que reúne as conclusões, excertos e discussões da Comissão de Segurança Social - 89ª. Conferência Internacional do Trabalho.

• **Panorama da luta contra a exclusão social : conceitos e estratégias / Jordi Estivill**. - Genebra : Bureau Internacional do Trabalho. STEP/Portugal, cop. 2003.

Publicação do Bureau Internacional do Trabalho - STEP [Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão e a Pobreza]/Portugal, que analisa o fenómeno da exclusão social em todas as suas dimensões.

Sendo cada vez mais importante conhecer esta problemática e ver quais são as estratégias mais adequadas para poder combatê-la, é preciso decifrar, analisar e avaliar o conceito de exclusão social, complementar ao conceito de pobreza que tendo nascido na Europa, alargou a sua aplicação para a América Latina, África e Ásia, para se converter numa das chaves que permite compreender a situação económica e social no mundo de hoje, de forma a poderem ser delineadas estratégias e orientações de combate a este fenómeno.



O ISS, I.P.
gostava
de lhe dizer
que...

ECCOS

FUNCIONÁRIOS DO CDSS DE FARO, HERÓIS POR UMA VIDA...



No passado dia 14 de Abril, o Centro Distrital de Segurança Social de Faro, foi palco de uma iniciativa meritória, uma Dádiva de Sangue no local de trabalho, fruto de uma Sugestão Interna. Esta acção possibilitou a mobilização interna por uma causa ainda delicada, como é a Dádiva de Sangue. Tendo como objectivo a consciencialização dos funcionários da sua importância, em termos sociais e comunitários, o CDSS de Faro estabeleceu uma parceria com o Serviço de Sangue do Hospital Distrital de Faro, no sentido de possibilitar a realização da sessão nas próprias instalações.

Importa realçar, não tanto o n.º de participantes, mas sobretudo a importância do resultado desta tomada de consciência, que se quer cada vez mais habitual e real no mundo laboral. Conseguimos despertar o interesse de cada funcionário, provocámos o seu desejo e desencadeámos uma rede de solidariedade. Hoje, os nossos colaboradores podem ser considerados heróis de uma causa. Porque se pretende que esta iniciativa viva para além do local de trabalho, enumeramos seis vertentes desta acção que merecem ser lembradas e firmadas:

1. Porque temos consciência da necessidade urgente e diária de obter uma quantidade constante de dádivas, para que os hospitais possam cumprir uma boa parte da sua actividade assistencial.

2. Porque temos consciência das condições para poder dar sangue e a descrição do processo passo a passo. É importante dar constantemente informação sobre os locais onde se pode dar sangue e em que horário.

3. Porque temos consciência sobre a impossibilidade de contágio de doenças transmissíveis pelo sangue durante a dádiva e a ausência de debilidade do organismo após tê-la efectuado.

4. Porque temos consciência da gratuidade da dádiva de sangue e a inexistência de comércio com os componentes sanguíneos obtidos.

5. Porque temos consciência da utilidade das dádivas de sangue (para que servem) e o seu destino final, indicando de que componente sanguíneo precisa cada doente. Também é importante frisar que os componentes sanguíneos têm uma vida limitada, pelo que é necessário dispor de dádivas todos os dias do ano.

6. Porque temos consciência da certeza da necessidade constante de dádivas de sangue, para que muitas pessoas possam solucionar o seu problema de saúde ou mesmo salvar a sua vida.

"NOVAS REGRAS DE INSCRIÇÃO, VÍNCULO E ELABORAÇÃO DAS FOLHAS DE REMUNERAÇÕES" CDSS DE LEIRIA



Na sequência do ciclo de conferências subordinado ao tema "Novas Regras de Inscrição, Vínculo e Elaboração das Folhas de Remunerações", no âmbito das alterações que a Portaria n.º 311/2005, de 23 de Março, veio introduzir a partir do dia 01 de Maio, o ISS, I.P. em colaboração com a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, decidiu realizar sessões de esclarecimento sobre esta matéria.

A sessão realizada em Leiria, decorreu na manhã do dia 27 de Abril de 2005, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão - Grande Auditório, com a presença de cerca de 400 participantes, entre TOC's e empresários. A abertura solene foi efectuada pela Sr.ª Adjunta do CDSS de Leiria, Dr.ª Maria de Lurdes Machado, consistindo a primeira parte na exposição da temática pelos Técnicos da Segurança Social, sendo de seguida esclarecidas as dúvidas colocadas pelos participantes. Contou-se ainda, com a presença de Amadeu Figueiredo, representante da Câmara dos TOC's.

EXPOSIÇÃO SOBRE O ANO EUROPEU DA CIDADANIA PELA EDUCAÇÃO

O Centro de Recursos em Conhecimento do ISS, IP. preparou uma Exposição subordinada à temática da Cidadania pela Educação. Esta iniciativa, que disponibiliza aos visitantes documentação diversificada, incluindo um Catálogo de Sites e um Boletim de Legislação, enquadra-se na comemoração do Ano Europeu da Cidadania pela Educação, cujo lema é "Aprender a viver em Democracia".

A Exposição decorrerá até ao final do ano 2005 e pode ser visitada nos dias úteis, das 9h30m às 18h00m, nas instalações do CRC, sitas na Rua Castilho n.º 5, em Lisboa. Pode ainda contactar-nos através do endereço: ISSS-CRC@seg-social.pt

NOVAS CANDIDATURAS À REDE SOCIAL



Entre 7 e 23 de Março do corrente ano decorreu um período extraordinário de candidaturas ao Programa de Apoio à Implementação da Rede Social. A abertura deste período, decidida pelo Instituto de Segurança Social com a concordância do gestor do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, veio ao encontro do interesse manifestado

por alguns concelhos após o término do último período de candidaturas, relativo ao ano de 20005.

Finalizado este período extraordinário de candidaturas constatou-se a adesão de 18 novos municípios ao Programa Rede Social que, deste modo, passou a abranger 275 dos 278 concelhos do território do continente.

FORMAÇÃO PARA FORMADORES EM VOLUNTARIADO



Ciclo de Encontros do ISS, IP
"Cidadania pela Educação:
Aprender e Viver em Democracia"

Na sequência do processo da publicação do Manual do Formador em Voluntariado, o CNPV está a organizar Acções de Sensibilização/Formação de Formadores, tendo em vista a criação de Bolsas de Formadores em Voluntariado por Distrito.

A Primeira Acção decorreu em Lisboa e contou com 27 participantes de diversas Instituições, nos dias 16 e 17 de Junho. Estão previstas outras Acções, durante este e o próximo ano.

COLÓQUIOS TEMÁTICOS DO CNPV

O CNPV tem vindo a realizar, ao longo de 2005, colóquios temáticos de voluntariado sobre diversos domínios: protecção civil, saúde e justiça. Até ao final do ano está

prevista a realização de dois outros. Foi ainda criada, em Abril deste ano, uma Comissão de Voluntariado para o domínio da saúde, com o objectivo de articular com as diferentes Instituições nessa área e de debater as questões ligadas ao meio. O Coordenador desta Comissão, o Senhor Padre Vítor Feytor Pinto, passa assim a integrar o Conselho Nacional.

Num futuro próximo procurar-se-ão constituir também comissões especializadas noutros domínios de voluntariado.

CICLO DE ENCONTROS DO ISS, IP "CIDADANIA PELA EDUCAÇÃO: APRENDER E VIVER EM DEMOCRACIA"

O ISS, IP. no âmbito do Ano Europeu da Cidadania pela Educação, vai promover 4 Encontros Temáticos que têm como objectivo discutir o tema da Cidadania numa perspectiva pluridisciplinar e proporcionar um espaço de reflexão e debate, tendo em conta uma matriz participativa:

- Cidadania, Estado e EU (13 Out.) - José Maltez e José Manuel Viegas
- Cidadania, comunicação social e sociedade (27 Out.) - João P. e Adriano Rodrigues
- Cidadania, migrações e identidades (10 Nov.) - Rui Pena Pires e Jorge M. Malheiros
- Cidadania, educação e desenvolvimento (24 Nov.) - Mendo Castro Henriques e Joaquim Pintassilgo

Os Encontros terão lugar no Auditório do ISS, I.P. na Rua Castilho, n.º 5 -r/c, em Lisboa. Para mais informações contacte ISSS-CRC@seg-social.pt.